

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

**REQUERIMENTO N.º de 2013.
(Da Deputada Gorete Pereira)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater as injustiças cometidas contra os militares integrantes da Classe de Cabos e Sargentos do Quadro Especial da Aeronáutica – (QESA).

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 a 258 do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, a fim de debater as injustiças cometidas contra os militares integrantes da Classe de Cabos e Sargentos do Quadro Especial da Aeronáutica – (QESA), principalmente quanto à progressão na carreira.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista minha luta pela reestruturação de carreiras do serviço público federal, propomos a audiência pública com a finalidade de debatermos os motivos que impedem os militares do QESA à progressão na carreira de 2º e 1º sargento, bem como de suboficial.

A formação de servidores públicos mais capacitados é a meta de todos os países em desenvolvimento para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade pelo Estado.

Na área da defesa do Estado, especificamente na preparação dos militares que irão exercer a missão constitucional de defesa da Pátria, esse investimento no aumento da capacidade profissional reveste-se de caráter essencial.

Nesse sentido, mostra-se pouco racional que, após anos de investimento na formação de um militar, seja ele dispensado do serviço ativo porque integra um quadro cuja período de permanência em atividade é bastante limitado temporalmente. E esta é a situação que se apresenta para os militares que integram o Quadro de Cabos da Aeronáutica.

Com o objetivo de dar maior eficácia na aplicação dos recursos públicos, com melhor aproveitamento dos gastos feitos na formação dos cabos da Aeronáutica, propomos a audiência pública para iniciar os debates na expectativa de avançarmos nas negociações com o Poder Executivo a fim de tranquilizar cerca de 10 mil famílias de militares que aguardam a aplicação do princípio da isonomia.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, na certeza de que o debate contribuirá para buscar o consenso.

Sala da Comissão, em de agosto de 2013.

GORETE PEREIRA
Deputada Federal - PR/CE